

ALMORÁVIAS E ALMÓADAS NO ĠARB AL-ANDALUS

UMA PERSPECTIVA EM TORNO DAS FORTIFICAÇÕES

O ocidente hispânico passou por uma fase de forte militarização entre os séculos XI e XIII, sobretudo depois de 1086, ano da batalha de Zallaqa. Para entender essas dinâmicas convém relembrar fases anteriores.

A zona ocidental de al-Andalus – ou Ġarb al-Andalus¹ – corresponde em grande medida ao território da antiga Lusitânia² e será integrado, embora não totalmente, ao reino de Portugal que se autonomiza em meados do século XII.

Durante os séculos VIII e IX assiste-se a dinâmicas complexas que passam pela continuidade de comunidades cristianizadas pré-existentes à chegada e assentamento de grupos berberes – ou amazigh – que se estabelecem em zonas próximas do rio Tejo³ e à aproximação de elites regionais ao poder estabelecido em Córdoba (sobretudo depois de 756), de onde emergem dirigentes regionais – *muwalladūn* – que formam verdadeiras dinastias, como Ibn Marwān al-Gilliqī, fundador de Badajoz e iniciador de uma dinastia que teve um papel importante no reforço das muralhas mal cuidadas da região do Médio Guadiana, depois do ataque a Évora levado a cabo por Ordonho II em 913. No final da década seguinte, ‘Abd al-Raḥmān III submeteu a região e edificou alcáçovas em algumas das cidades que passa a controlar, como Beja⁴. Badajoz voltou a ser central no século XI durante o período das taifas, e a dinastia aftácida, depois da morte de Sabūr, controlou territórios entre a linha do Douro e a serra do Mendro – zona de separação entre os territórios de Évora (sempre próximo de Badajoz) e de Beja (próximo de Sevilha e dos abbáidas)⁵.

1. O principal estudo de síntese sobre esta época para este território continua a ser o de Ch. Picard, *Le Portugal musulman (VIII-XIII siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000.
2. F. B. Correia, «A dinastia omíada e a desarticulação da Lusitânia», *Arqueologia Medieval*, 14, 2018, p. 43-50.
3. H. de Felipe, *Identidad y onomástica de los Beréberes de al-Andalus*, Madrid, CSIC, 1997, mapa I, p. 388; mapa II, p. 392.
4. F. B. Correia, «Da Lusitânia ao domínio omíada. Beja como tela de fundo de uma reflexão», in *O sudoeste peninsular entre Roma e o Islão*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2014, p. 178-187.
5. M. Terrón Albarrán, *Extremadura Musulmana*, Badajoz, Asoc. Comunidades Regantes, 1991, p. 87-152; M. J. Viguera, *Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Mapfre, 1992, p. 45-51.

A queda da taifa de Toledo nas mãos de Afonso VI, em 1085, é de enorme transcendência – maior que a conquista de Coimbra em 1064, em tempos de Fernando Magno. Acentua-se a internacionalização do conflito que se fazia sentir entre poderes do norte e do sul ibérico. O norte recebeu apoio de cavaleiros francos e, em 1086, tropas almorávidas atravessam o estreito de Gibraltar. Primeiro os almorávidas e, depois, os almóadas, ambos deixarão marcas importantes nestes territórios entre os finais do século XI e meados do século XIII.

Yūsuf ibn Tāšufīn – herdeiro do movimento dos *murābiṭūn*, iniciado por ‘Abd Allāh ibn Yāsīn entre grupos Ṣinhāḡa – atravessa o Estreito por convite dos *Mulūk al-Ṭawā’if* de Badajoz, Granada e Sevilha e as suas forças participam, em Outubro de 1086, de forma decisiva, numa acção militar importante – a batalha de Zallaqa (ou Sagrajas)⁶ – próximo de Badajoz. A participação dos almorávidas foi vital para assegurar a vitória sobre Afonso VI.

Embora tivessem regressado ao norte de África, a partir de 483 H/1090/91 a sua presença volta a ser solicitada. A acção dos principais ‘ulamā’ e *fuqabā* malikitas do alAndalus foi fundamental para que os almorávidas ficassem e desstituísem, gradualmente, os reis das taifas.

Quando ‘Umar al-Mutawakkil – rei da taifa de Badajoz – negocia um compromisso com Afonso VI para poder resistir ao avanço almorávida, entregando-lhe Santarém, Lisboa e Sintra em 486 H/1093-94⁷, não só selou a sua perdição e a da sua família⁸ como, sem o saber, abriu um longo processo de confrontos militares entre as linhas dos rios Mondego e Tejo que durou cerca de meio século.

No ocidente, o processo de acção militar e governativa dos almorávidas envolveu a presença do exército comandado por Sīr ibn Abī Bakr, presente durante vários anos no Ġarb. Sīr controla Badajoz em 487 H/1094 e, a partir dali, enviou exércitos para a linha do Tejo, em campanhas militares de contornos difusos, recuperando Santarém em 1111⁹.

Os almorávidas, depois de controlarem Santarém e Lisboa, tentaram recuperar Coimbra, o que trouxe instabilidade aos territórios localizados entre as bacias

6. V. Lagardère, *Le Vendredi de Zallaqa, 23 octobre 1086*, Paris, L’Harmattan, 1989; A. Huici Miranda, *Las Grandes Batallas de la Reconquista durante las invasiones africanas (almorávidas, almohades y benimerines)*, Madrid, Instituto de Estudios Africanos/CSIC, p. 45-48; M. J. Viguera, *Los reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Fundación MAPFRE, 1992, p. 171.

7. Ch. Picard, *L’océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l’époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d’al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*, Paris, Maisonneuve et Larose/Unesco, 1997, p. 113; Viguera, *Los reinos de Taifas*, *op. cit.*, p. 50.

8. B. Reilly, *Cristãos e muçulmanos – a luta pela península Ibérica*, Lisboa, Teorema, 1992, p. 133.

9. V. Lagardère, *Les Almoravides jusqu’au règne de Yūsuf b. Tāšfīn (1039-1106)*, Paris, L’Harmattan, 1989, p. 173; M. Marcos Corbalea, *Los Almorávidas, Arquitectura de un Imperio*, Granada, Universidad de Granada, 2015, fig. 2, p. 49.

hidrográficas do Tejo e do Mondego. Na campanha de 1116-1117 participou o próprio 'Alī ibn Yūsuf. O novo emir almorávida tentou recuperar Coimbra¹⁰, defendida, então, por forças afectas a D. Teresa, filha de Afonso VI e mãe do que será o primeiro rei de Portugal.

A região, para além de ser palco de confrontos, passou por um processo de reforço dos sistemas de fortificação, sobretudo entre 1117 e 1147. A criação de um imposto especial direccionado para a construção de muralhas (*ta'rib*) contribuiu para esses trabalhos públicos ligados à defesa¹¹. As muralhas de Lisboa¹² e de Santarém foram as que receberam mais melhorias¹³ e a presença de 'Alī ibn Yūsuf pode ter levado ao reforço de muralhas urbanas e de fortificações menores, em ambas as margens do Tejo – tendo em conta o que se conhece da capacidade defensiva de Almada e de Palmela em 1147.

Na década de trinta do século XII o poder almorávida começou a dar sinais de enfraquecimento também no Ġarb al-Andalus. Foi nessa época que teve lugar uma importante iniciativa militar levada a cabo pelo primeiro rei português, conhecida em algumas crónicas medievais como «batalha de Ourique». Afonso Henriques teria derrotado cinco «reis» do al-Andalus, em Julho de 1139, um dos quais o «rei Esmar». Esta batalha, que se tornou mítica, coloca ainda problemas a nível da sua localização e identificação dos cinco reis. José Mattoso relaciona esta batalha com uma campanha militar levada a cabo por Afonso Henriques que teve Sevilha e o vale do Guadalquivir como objectivos¹⁴, e que, no regresso, poderia ter passado pelos Campos de Ourique, no actual Baixo Alentejo. Mário Barroca coloca a hipótese de o «rei Esmar» ser al-Zubayr ibn 'Umar, governador almorávida de Córdova¹⁵. Não se tem discutido a grande semelhança fonética entre «reis» e a palavra arábica «*ra'is*», significando «senhor», ou dirigente que está «à cabeça» de um território ou grupo de homens, o que poderia explicar uma impossibilidade: não havia, nessa conjuntura, cinco reis (*muluk*) num al-Andalus governado pelos almorávidas¹⁶.

-
10. H. Kennedy, *Os muçulmanos na Península Ibérica. História política do al-Andalus*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1999, p. 199.
 11. L. Torres Balbás, *Ciudades Hispanomusulmanas*, 2ª ed., Madrid, Inst. HispanoÁrabe de Cultura, 1985, p. 478.
 12. Picard, *Le Portugal musulman*, *op. cit.*, p. 239-241.
 13. Não se pode tomar a informação de al-Idrīsī, no seu *Kitāb Ruġar* o *Livro de Rogério*, de que Santarém não dispunha de muralhas, como válida para o período final do domínio almorávida. Entretanto, em 1147, Santarém dispõe de uma muralha eficaz. Cf. F. Branco Correia, *Fortificação, guerra e poderes no Ġarb al-Andalus (dos inícios da islamização ao domínio norte-africano)*, Dissertação de doutoramento em História, Universidade de Évora, 2011, p. 564-576.
 14. J. Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, C. de Leitores, 2006, p. 118.
 15. M. Barroca, *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, C. de Leitores, vol. I, 2003, p. 43.
 16. Correia, *Fortificação, guerra e poderes*, *op. cit.*, p. 514.

Seja como for, no ano seguinte, as forças almorávidas mostraram sua capacidade de reacção, avançando até ao vale do Mondego, contra Coimbra. Entre esta cidade e a zona de Tomar houve confrontos importantes até 1142, persistindo nesse território topónimos – como Alvorge (de *al-burġ*), Façalamim (de *Faḥṣ al-Amīr?*) ou Alcalamouque (onde se reconhece o elemento *qal'a*) – que se podem relacionar com o estacionamento de tropas na região e a necessidade de edificar torres e fortificações para apoiar essas acções militares.

Pouco tempo depois, porém, a conjuntura muda. A dinastia almorávida enfrenta problemas vários, o maior dos quais foi a afirmação de uma alternativa política e ideológica – o movimento dos *al-Muwahhidūn*. Com a morte de Taṣūfīn ibn 'Alī, em 1145, os acontecimentos precipitam-se e a organização administrativa e militar no Ġarb al-Andalus colapsou¹⁷.

As descrições das conquistas de Santarém e de Lisboa, no ano de 1147, permitem perceber que os almorávidas deixaram, nestes dois casos, ambas as cidades com muralhas cuidadas. Santarém, teria muralhas fortes¹⁸, embora tivesse uma guarnição deficiente que já não contava com tropas almorávidas. Lisboa, nesse mesmo 1147, dispunha de um sistema defensivo complexo que lhe permitiu resistir a um assédio forte durante meses, dispondo de portas eficazes e de torres projectadas para o exterior, para defesa de portas. Uma dessas torres, que se conserva em Alfama, é uma albarrã¹⁹, e não seria a única.

O fim do domínio almorávida é aproveitado por líderes regionais. Ibn Qasī, que defendia uma alternativa ao malikismo rígido – mais espiritual, de matriz *ṣūfī* (*taṣawwuf*)²⁰ – ganhou seguidores. Ibn Qasī aproximou-se dos almóadas e acompanhou as primeiras tropas que entraram em al-Andalus (Muḥarram de 541 / Junho de 1146) e tomaram Sevilha, comandadas por Barrāz ibn Muḥammad al-Masūfī²¹, recebendo Ibn Qasī as cidades de Mértola e Silves, até então ocupadas por Ibn Wazīr. Houve, então, reacções anti-almóadas – algumas de cariz

-
17. P. Guichard, *Al-Andalus 711-1492. Une histoire de l'Espagne musulmane*, Paris, Hachette, 2000, p. 169173; R. Hitchcock, *Muslim Spain reconsidered – from 711 to 1502*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2014, p. 146.
 18. Picard, *Le Portugal musulman*, *op. cit.*, p. 88; M. de Sousa Cardoso, *As Muralhas de Santarém: interpretação e enquadramento Histórico-Arqueológico*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2001, p. 64.
 19. A. Vieira da Silva, *A Cerca Moura de Lisboa. Estudo histórico descritivo*, 2ª ed., Lisboa, Publicações culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1939, Estampa III; Correia, *Fortificação, guerra e poderes*, *op. cit.*, p. 613.
 20. T. Nagel, «Le Mahdisme d'Ibn Tūmart et d'Ibn Qasī une analyse phénoménologique», *Revue des mondes musulmans et de la Méditerranée*, 91-94, 2000, p. 125-136; M. Ebstein, «Was Ibn Qasī a Ṣūfī?», *Studia Islamica*, 110, 2015, p. 196-232.
 21. Para uns em 12 Šā'aban/17 de Janeiro de 1147, mas para outros autores, a tomada é só em Janeiro de 1148, depois de as tropas terem invernado em Mértola; cf. Viguera, *Los reinos de Taifas*, *op. cit.*, p. 218; A. Huici Miranda, *Historia Política del Imperio Almohade*, Tetuão, Editora Marroqui, I, p. 146, onde se referem diferentes datas fornecidas por fontes e autores diferentes.

messiânico – que favoreceram os avanços militares de Afonso Henriques sobre Santarém e Lisboa, de Afonso VII sobre Calatrava e Almeria (em 1147) e, depois, de Ramon Berenguer IV sobre Tortosa (1148) e sobre Lérída e Fraga (1149).

Só a partir de 1150 os almóadas voltaram a intervir no Ġarb, recuperando Sevilha, nesse mesmo ano, tomando Niebla, Šanta Mariyya al-Ġarb, não descuidando o controle sobre Badajoz²². Os *unitários* tomaram o espaço político de líderes regionais. Ibn Qasī, ao proclamar-se *Mahdī*, entrou em colisão com a nova dinastia e a sua aproximação ao rei de Portugal, mal aceite no sul, fê-lo perder a vida em 1151²³.

Porém, é só na década seguinte que o poder almóada se consolidou, depois da tomada de Granada (1162) e da neutralização das tropas *andalusīs* de Ibn Hamušk e Ibn Mardaniš²⁴. Começa, então, um processo que distingue claramente esta dinastia da precedente: a edificação de cidades, de mesquitas e fortificações.

O poder almóada promove grandes alterações também no Ġarb, como o afastamento do líder regional Ibn Wazīr, substituindo-o por membros da *nomenklatura* do regime, desconhecedores da região e do território: Ya‘qūb ibn Ġanūn al-Khazraġi é nomeado para o Ġarb, em Beja, é colocado ‘Umar ibn Timsālit, e em Silves, Maymūn ibn Ḥamdūn²⁵. Estes dois últimos governadores são *ḥuffāz*, homens com predisposição para assuntos da moral e para assegurar a implantação da via religiosa almóada, mas com preparação militar limitada.

Esse despreparo e desatenção almóada, aliada à tomada de Alcácer, em 1160, por Afonso Henriques, facilitou a conquista de Beja por cavaleiros portugueses provenientes de Santarém, em 1162²⁶. Esses atacantes só permanecem em Beja – de onde era natural o cronista Ibn Šāhib al-Šalā – cerca de quatro meses²⁷, em seguida a abandonam, arrasando as suas muralhas.

Os almóadas não deram uma resposta estratégica imediata, abrindo caminho a novas acções arrojadas, como as que foram levadas a cabo por Geraldo Galdes. Este rebelde português tentou redimir-se diante do seu rei, atacando e tomando

22. M. J. Viguera, «Las reacciones de los andalusíes ante los Almohades», in P. Cressier, M. Fierro e L. Molina (ed.), *Los Almohades: problemas y perspectivas*, Madrid, CSIC/Casa de Velázquez, vol. II, p. 728.

23. Picard, *Le Portugal Musulman*, *op. cit.*, p. 96-100.

24. cf. Viguera, *Los Reinos de Taifas*, *op. cit.*, p. 230-231; ead., «Las reacciones de los andalusíes», *art. cit.*, II, p. 710.

25. A. Huici Miranda, «Un Nuevo Fragmento de ‘al-Bayan al-Mugrib’», *Al-Andalus*, 24, 1959, p. 74 e 84; Ibn ‘Idārī, trad. por A. Huici Miranda, *Al-bayān al-mugrib fi ijtisār ajbar muluk al-Andalus wa al-Magrib. Los Almohades*, Tetuão, Editora Marroquí, 1953, p. 11.

26. A tomada de Beja, em 30 de Novembro de 1162, é iniciativa da cavalaria-vilã santarena; cf. Mattoso, *D. Afonso Henriques*, *op. cit.*, p. 279. Creio que não se sabe se essa cavalaria partiu de Santarém – evitando então a cidade de Évora – ou se se tratou de expedição de santarenos, mas saídos de mais perto – como poderia ser uma saída feita a partir de Alcácer, cidade que acabara de ser conquistada, passando eventualmente por Torrão e por Odivelas.

27. Exactamente, quatro meses e oito dias. Cf. Mattoso, *D. Afonso Henriques*, *op. cit.*, p. 216.

idades e fortalezas que ele sabia estarem mal defendidas. As suas acções foram de tal forma destemidas que ficou conhecido como Geraldo Sem Pavor (*Sans Peur*)²⁸. Começou por Évora, cidade que tomou com facilidade em 1165, dado que se tinha estabelecido com os seus seguidores nos seus arredores, entrando nela regularmente.

A facilidade dessa e das demais conquistas que faz na década de sessenta é reveladora da desorganização e incapacidade de o Estado almóada para controlar de forma eficaz os territórios ocidentais, bem como da incompetência da sua elite – *ḥuffāz* e *ṭalaba* – a nível tático e estratégico nesta região.

O momento de viragem nessas iniciativas de Geraldo é o ataque a Badajoz, ao qual se associará o rei de Portugal, em 1169. Geraldo e Afonso Henriques controlaram a *medina* mas não tomaram a *qasaba*, dificuldade pela qual não passou, aparentemente, quando das conquistas, por exemplo, de Trujillo, Cáceres e Serpa.

O sucesso que os almóadas tiveram em Badajoz, em 1169²⁹ – com apoio leonês, deve dizer-se –, levou-os a reforçar e modificar as fortificações do *Ḡarb al-Andalus*. As obras que tiveram lugar desde então, a nível das defesas passivas a activas, pela extensão e pela sua coerência, evidenciam a existência de um plano prévio. Os *unitários*³⁰ não podiam permitir que se repetissem os feitos inesperados de Geraldo, guerreiro que, curiosamente, entrou ao seu serviço alguns anos depois.

A água aparece ter sido uma preocupação básica e imediata, sentida possivelmente aquando do ataque de Geraldo a Badajoz. Os textos de Ibn Ṣāḥib al-Ṣalā e, depois, o de Ibn 'Idārī são unânimes a esse respeito. Os almóadas apostaram na construção de um poço aberto dentro da alcáçova de Badajoz e, mais tarde, na captação de água a partir do rio, com a construção de *couraças*³¹.

Para além de obras com carácter de urgência, serão levadas a cabo outras mais ambiciosas e extensas. Para conseguir rapidez e maior eficiência, os construtores desta fase definem novos sistemas poliorcéticos nos quais se conjugam entradas em cotovelo, torres albarrãs (por vezes poligonais) e barbacãs e, por outro lado,

28. J. Mattoso chama a atenção para o facto de Ibn Ṣāḥib al-Ṣalā colocar as acções de Geraldo imediatamente a seguir à tomada de Beja em 1162, sugerindo uma relação de «continuidade» entre as acções de antes e já da era de Geraldo – cuja participação no assalto a Beja não pode ser provada, mas não seria impossível ou até improvável. Porém, é possível que a morte, em 1163, 'Abd al-Mu'min, também tenha contribuído para um abrandamento da vigilância nesta região periférica do al-Andalus; cf. Mattoso, *D. Afonso Henriques, op. cit.*, p. 216. Geraldo, que é apresentado por Frei Bernardo de Brito como sendo «amigo» dos mouros do Alentejo e que lhe permitiam «viver dentro em suas comarcas». Bernardo de Brito, *Crónica de Cister*, Livro V, Madrid, Luis Sanchez, 1602, p. 606.

29. É bem conhecido o que diz Ibn Ṣāḥib al-Ṣalā sobre a tomada de Badajoz em 1169. Ibn Ṣāḥib al-Ṣalā, *Al-Mann bi l-imāma*, trad. por A. Huici Miranda, Valencia, 1969, p. 137-146.

30. Sobre a ideologia almóada, cf. V. L. Castro e Almeida, *Movimento Almóada: uma proposta para o século XII*, dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, 2014.

31. Para a *Kūrāḡa/Couraçã* ou *Coracha* ligada à existência de torres vejam-se as referidas obras de R. Ricard. Cf. L. Torres Balbás, «La alcazaba almohade de Badajoz» *Al-Andalus*, 6, 1941, p. 168-203.

privilegiam a utilização de construção numa taipa muito rica em cal – vulgarmente identificada como «taipa militar» –, técnica de construção que então se aperfeiçou.

Beja é uma das cidades a que os almóadas deram atenção depois de dois grandes desastres: a devastação levada a cabo pelos cavaleiros cristãos de Santarém na década de sessenta, e um ataque conduzido por Geraldo, em 1172, quando o califa almóada estava com o seu pesado e lento exército na zona de Aspe, Villena, Orihuela e Múrcia³². Os almóadas recuperaram a cidade e traçaram planos ambiciosos para a reconstruir³³. Iniciaram-se as obras em Beja em redor de 1174 na alcáçova, deixando-se a recuperação da muralha da *medina* para depois.

Beja pode ter sido encarada como uma base fundamental para projectar o poder almóada para Norte, eventualmente para poder voltar a alcançar a linha do Tejo. A grande frente urbana e militar que se desenha no Ġarb al-Andalus depois do controle pelos reino de Portugal de Alcácer / al-Qaṣr e de Évora, parece assentar em três cidades: Badajoz, Beja e Silves. A muralha de Beja do período almóada é qualificada como «grande»³⁴ mas não foi uma construção modelo ou inovadora, podendo a sua recuperação ter sido condicionada pelas pré-existências: não há traços de taipa, nem de torres albarrãs ou de entradas em cotovelo, como se aprecia em outras fortificações. Das três cidades acima referidas, Beja revelou-se um fracasso em termos de revitalização.

Os anos oitenta do século XIII serão diferentes. Na sua primeira metade os almóadas dão grande atenção ao Ġarb, ao território e à sua costa. Uma esquadra almóada aproxima-se do cabo Espichel e teria ido mesmo mais além³⁵, nos inícios do verão de 1180, e uma armada portuguesa, comandada por Fua Roupinho, foi derrotada perto de Silves. No ano seguinte, em 1181, os almóadas avançaram para ocidente de Badajoz e cercaram Évora³⁶, mas não conseguiram tomá-la. Porém, o objectivo final estava não seria unicamente Yābura/Évora. A destruição de Coruche pelos almóadas (na primavera de 1181) mostra que o objectivo deveria ser o controle da margem sul do Tejo e o corte do corredor estratégico entre Santarém e Évora, isolando e asfixiando essa última cidade. A destruição de Coruche deveria ter também como objectivo o enfraquecimento de Santarém, destruindo os

32. Viguera, *Los reinos de Taifas*, op. cit., p. 278-279.

33. Ibn 'Idārī, *Al-Bayān al-Mugrib*, op. cit., t. I, p. 8-9 e 19-23. Ver ainda S. Macias, «Islamização do território de Beja – reflexões para um debate», *Análise Social*, 39, 173, 2005, p. 820.

34. S. Macias, *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*, I, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, p. 144; II, fig. 1.14 a 1.16.

35. Picard, *Le Portugal Musulman*, op. cit., p. 114.

36. O contingente almóada é chefiado por Ibn Wanudīn. Sobre a dificuldade de os almóadas cercarem eficazmente as cidades que pretendiam tomar, veja-se P. Buresi, *La frontière entre chrétienté et Islam dans la péninsule Ibérique : du Tage à la Sierra Morena (fin XI^e-milieu XIII^e siècle)*, Paris, Publibook, 2004, p. 121-124.

«tentáculos» que os cavaleiros desta cidade tinham a sul do Tejo, possivelmente pensando já na campanha que se desenhará pouco tempo depois.

A campanha contra Santarém foi preparada ainda em 1183, no Norte de África. Em 17 de Maio de 1184, as tropas almóadas cruzaram o Estreito e iniciaram a sua marcha, lenta, para Norte. A 7 de Junho, saem de Sevilha e, só a 21, saem de Badajoz³⁷. A pompa, o formalismo e a lentidão deste exército não é inédita. O mesmo já se tinha registado na campanha de Huete (em 1172), campanha durante a qual o califa, em vez de se concentrar em objectivos militares, promovia discussões de carácter teológico³⁸. Em suma, Santarém resistiu e a campanha militar almóada foi um fracasso. Levantaram o cerco a 2 de Julho, atravessaram o Tejo para sul de forma desorganizada, e o califa Abū Ya'qūb Yūsuf, deixado para trás, foi ferido gravemente, morrendo entre Tejo e Odiana³⁹.

SILVES – UMA CIDADE COMPLEXA

Silves é um bom exemplo da complexidade do pensamento defensivo e da capacidade de concretização dos almóadas em finais do século XII sob o governo do novo califa Abū Yūsuf Ya'qūb, filho do que tombou na campanha de Santarém.

Talvez o melhor testemunho da complexidade do sistema defensivo de Silves nesta época esteja na descrição da conquista desta cidade por cruzados e D. Sancho I, em 1189, incluída no texto de *De Itinere Navali de eventibus de que rebus peregrinis Hierosolymam petentibus MCLXXXIX fortite*⁴⁰. Silves era o centro de um sistema defensivo de que faziam parte outras pequenas fortificações como, por exemplo, Alvor, destruída algum tempo antes por outros cruzados⁴¹. O autor

37. Viguera, *Los reinos de Taifas*, op. cit., p. 280-281.

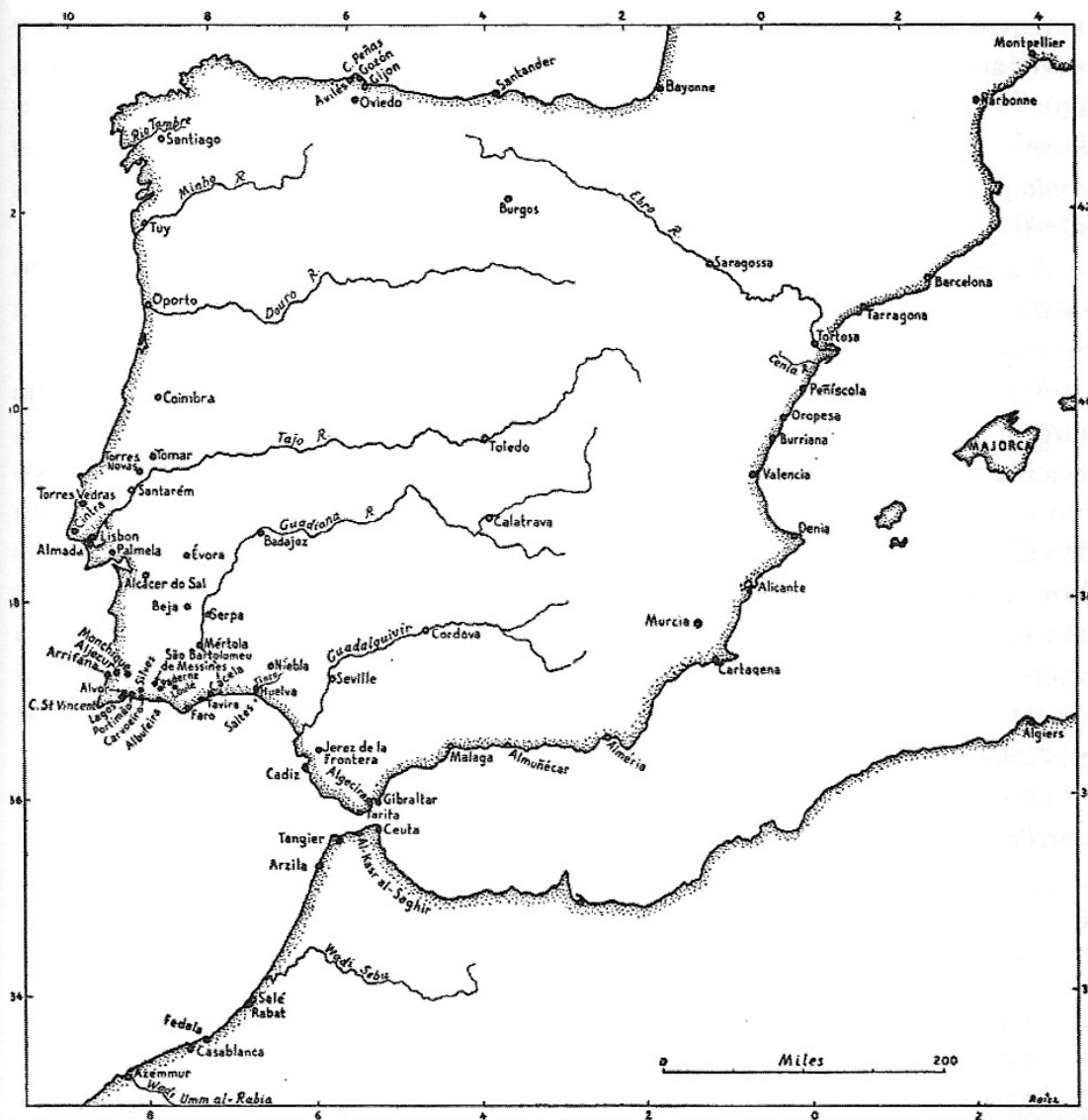
38. *Ibid.*, p. 277.

39. A sua morte é escondida do contingente que batia em retirada; *ibid.*, p. 284; Mattoso, *D. Afonso Henriques*, op. cit., p. 266-269.

40. Descoberta e editada por Costanzo Gazzera, em 1840, em Turim, a *De Itinere Navali de eventibus de que rebus peregrinis Hierosolymam petentibus MCLXXXIX fortiter* foi reeditada em 1844 por João Baptista da Silva Lopes, acompanhada de uma tradução. *Relação da derrota naval, façanhas, e sucessos dos cruzados que partirão do Escalda para a Terra Santa no anno de 1189 - Escrita em latim por hum dos mesmos cruzados*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1844. Esta última foi republicada por Cristóvão Ayres de Magalhães Sepúlveda, *Historia do Exército Portuguez*, vol. IV (p. 347 e segs.) e reeditada parcialmente por Alfredo Pimenta em «A Conquista de Silves», in *Fontes Medievais da História de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, p. 159-185. É fundamental Ch. Wendell David, «Narratio de itinere navali peregrinorum Hierosolymam tendentium et Silviam capientum A.D. 1189», *Proceedings of the American philosophical society*, vol. 81/5, 1939, p. 591-678.

41. Na vila de Alvor (de *al-burğ?*), há um recinto defensivo de planta sensivelmente quadrangular, mas também se menciona uma defesa na zona do Carvoeiro, não longe do que foi Porches Velho (cf. Ch. Picard, «Les défenses côtières de la façade atlantique d'al-Andalus», in *Castrum 7. Zones côtières littorales dans le monde méditerranéen au Moyen Âge : défense*,

ALMORÁVIAS E ALMÓADAS NO ĜARB AL-ANDALUS



The Iberian Peninsula and Northwest Africa to Illustrate the *Narratio de Itinere Navali*.

Ch. Wendell David, «*Narratio de Itinere Navali Peregrinorum Hierosolymam Tendentium et Silviam Capientium, A.D. 1189*» *Proceedings of the American Philosophical Society*, 81/5, 1939, p. 666.

anónimo da *De Itinere Navali* descreve o conjunto urbano e fornece dados ímpares sobre todo o sistema defensivo de uma cidade que parece estar preparada para

peuplement, mise en valeur, Roma/Madrid, École française de Rome/Casa de Velázquez, 2001, p. 174-175; F. Branco Correia, «Considerações sobre testemunhos e técnicas arquitectónicas do período muçulmano em monumentos militares portugueses», in *I Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses (Vila Viçosa, Out. 1982)*, Lisboa, Património XXI/Associação portuguesa para a protecção e desenvolvimento da cultura, 1982. vol. 1, p. 83-87 – não seria impossível que Porche adviesse também de Borĝ-burĝ; R. V. Gomes, «Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura», *Trabalhos de arqueologia*, 23, 2002, p. 133-136.

o ataque. Não se apontam fraquezas na construção das muralhas, informando que estava apetrechada com «trabucos» no seu topo e que possuía na base fossos com água⁴². Começa por referir que a cidade possuía quatro recintos defensivos: o *Rovale* (ou *Rovalle*⁴³), a *Almedina*, *Alcay* e a *Coirasce*, todos eles «nomes apelativos e não próprios, pois em toda a parte que por estas terras ha localidades nas cidades, dão-lhes os mesmos nomes assim os infieis, como os christãos»⁴⁴.

A área que se encontrava mais perto dos atacantes era o *Rovale*. Trata-se do *rabad*, – ou *arRabalde* (port.) – e aparentada estar bem defendido⁴⁵. A mesma descrição afirma que «o maior» dos espaços murados era a *Almedina*⁴⁶.

A Couraça, construção que se generalizará sob domínio almóada mas que surge já em fases anteriores⁴⁷, não é – no caso de Silves – uma torre, mas todo um sistema torreado – uma muralha autónoma – que, neste caso particular, protege um «canal». Diz-se ainda que a Couraça estava ligada estruturalmente à parte alta da cidade⁴⁸ e que «desce para o mesmo valle a fim de proteger o canal das aguas, e hum cerco rio chamado *Arade* ou *Drade*»⁴⁹. Deveria ter uma grande envergadura, não só por proteger e estar associada a um canal, mas também porque o texto refere um detalhe interessante: a água do canal e do *Arade* abasteciam «d'agua em abastança a cidade superior», o que aponta para a existência de sistemas de elevação de água⁵⁰.

Um dos recintos tem uma designação estranha: «abaixo da primeira era o castello que se chama *Alcay*»⁵¹. Se *Alcay* é uma corrupção de *al-qaṣr* (alcácer) ou

42. Fosso com água profunda «et ultra fossatum reptans, nec profunditatem aquarum declinans, ad murum venit». Ed. Wendell David, «Narratio de itinere navali», art. cit., p. 621-622; ed. A. Pimenta, «A Conquista de Silves», art. cit., p. 169-170, 175.

43. Ed. Wendell David, «Narratio de itinere navali», art. cit., p. 619

44. Ed. Silva Lopes, *Relação da derrota naval*, op. cit., p. 16.

45. M. J. Gonçalves, A. L. Santos, «Novos Testemunhos do Sistema Defensivo Islâmico de Silves e os Restos Osteológicos Humanos encontrados junto à Muralha de um Arrabalde. Notícia Preliminar», *Xelb*, 5, 2005, p. 177-186, fig. 1, 4-6.

46. «a maior [das zonas muralhadas] estava no monte e davam-lhe o nome de *Almedina*». Ed. Pimenta, «A Conquista de Silves», art. cit., p. 166.

47. Assinala-se uma *coracha* na Granada do séc. XI. M. Acién, «La fortificación en al-Andalus», *Archeologia Medievale*, 22, 1995, p. 12.

48. «et super conductum IIIor turres ita ut superior civitas inde aquis habundaret, et hec munitio corrasce dicitur». *De Itinere Navali...Silviam*, ed. Wendell David, «Narratio de itinere navali», art. cit., p. 620.

49. O texto em latim é mais claro: diz *Widradi* e *Widloc*, pelos actuais *Arade* e *Odelouca*. *Ibid.*

50. Sobre hidráulica *andalusī* cf. M. Barceló, H. Kirchner, C. Navarro, *El agua que no duerme: fundamentos de la arqueología hidráulica andalusí*, Granada, El Legado Andalusí, 1996; Th. F. Glick, «Las técnicas hidráulicas antes y después de la conquista», in *En torno al 750 aniversario: antecedentes y consecuencias de la conquista de Valencia*, Valencia, Generalitat, 1989, p. 53-71; B. Pavón Maldonado, *Tratado de Arquitectura Hispano-Musulmana*, vol. I, Agua, Madrid, CSIC, 1990.

51. «tem sub primum castrum *alcay* [sic] dicebatur». Ed. Wendell David, «Narratio de itinere navali», art. cit., p. 620; Pimenta, «A Conquista de Silves», art. cit., p. 166.

de al-qaṣba – podendo “y” ser uma má transcrição de “S longo” (ʃ) usado no manuscrito medieval –, não faz, em princípio, sentido que este recinto estivesse implantado numa posição inferior. Alexandre Herculano escreveu sobre esta questão: «a almedina ou cidade antiga, coroada da sua kassba ou castello, tomava a coroa de um monte, em cuja raiz se estendia uma planície pela margem direita do rio, na qual estava assentada a parte mais vasta da povoação, o arrabalde, que por si só representava uma grande cidade»⁵². Para Alexandre Herculano teria havido um erro de cópia: «Esta phrase do anonyino é demasiado obscura. Provavelmente houve erro na cópia. Parece deve ler-se: Super primam (scil. civitatem) castrum Alcay dicebatur. O que é certo é que no systema militar daquelle tempo a alcáçova (al-kassba) sempre campeava sobre a almedina, porque era o logar mais forte. É isto mesmo o que a respeito de Silves nos provam os restos das antigas fortificações»⁵³. Al-Idrīsī não esclarece: refere muralhas fortes, mas não fala de uma alcáçova⁵⁴.

Propõe-se, agora, uma explicação: o autor do *De Itinere* observava a cidade desde baixo, desde o rio Arade. Como a alcáçova se define a partir dos muros da almedina, descendo ligeiramente a partir do topo superior desta, o pano de muro que pertence exclusivamente à alcáçova – onde está e estaria a sua porta principal – é visto como estando em posição inferior. Mais adiante, o mesmo texto do *De Itinere* dá uma visão clássica e dicotómica da cidade islâmica, ao afirmar existirem dois espaços diferenciados, a alcáçova e a medina⁵⁵, aí ditos «civitatem et castrum»⁵⁶ – o que pode ajudar solidificar a interpretação de *Alcay* como alcáçova.

-
52. Alexandre Herculano, *História de Portugal*, III, 8 ed., Amadora, Bertrand, 1980, p. 172, n. 2.
53. *Ibid.* Para Charles Wendell David «the manuscript may indeed be corrupt», mas crê que o «alcácer» poderia corresponder a uma zona de torre grande - a albarrā: «If this great tower was the alcazar or if the author supposed it to be such, the passage offers no particular difficulty». Wendell David, «Narratio de itinere navali», art. cit., p. 620, n. 156.
54. «Silves, jolie ville bâtie dans une plaine, est entourée d'une forte muraille. Ses environs sont plantés en jardins et en vergers; on y boit l'eau d'une rivière qui baigne la ville du côté du midi, et qui fait tourner des moulins. La mer Océane en est à trois milles du côté de l'occident. Elle a un port sur la rivière et des chantiers. Les montagnes environnantes produisent une quantité considérable de bois qu'on exporte au loin. La ville est jolie et l'on y voit d'élégants édifices et des marchés bien fournis. Sa population ainsi que celle des villages environnants se compose d'Arabes du Yémen et d'autres, qui parlent un dialecte arabe très-pur; ils savent aussi improviser des vers, et ils sont tous éloquents et spirituels, les gens du peuple aussi bien que les personnes des classes élevées. Les habitants des campagnes de ce pays sont extrêmement généreux; nul ne l'emporte sur eux sous ce rapport. » Al-Idrīsī, trad. por R. Dozy, M. J. de Goeje, *Descripción de l'Afrique et de l'Espagne*, Leyden, 1864-1866 (reimpr. Leiden, 1968), p. 179-180.
55. Sobre essa dicotomia, cf. Ch. Mazzoli-Guintard, *Villes d'Al-Andalus l'Espagne et le Portugal à l'Époque musulmane (VIII^e-XV^e siècles)*, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 1996.
56. Ed. Wendell David, «Narratio de itinere navali», art. cit., p. 628. Cf. J. B. Silva Lopes (ed.), *A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo*, Lisboa, Edições Távola Redonda, 1999, p. 204-205, (p. 32-33).

A mesma descrição refere ainda a torre *Alvierana*⁵⁷ ou *Alverana*⁵⁸. Trata-se, como já se tem identificado, de uma torre albarrã⁵⁹, ou seja, uma torre exterior à muralha, com capacidade táctica sobre os flancos dos atacantes. O texto aponta uma única albarrã. Algumas hipóteses se podem colocar: em 1189 poderia haver uma única grande albarrã – como a torre de Alfama, em Lisboa, ou como a albarrã mencionada em Santarém⁶⁰. Poderia haver, nesse momento, várias albarrãs – dentre as quais uma se destacaria, merecendo a honra de ser a única apelidada como *albarrã*, talvez uma *albarrana de flanqueo*⁶¹. Ou, como terceira hipótese, na Silves de 1189, haveria uma única torre deste tipo e as muitas que hoje se vêem foram edificadas depois de 1191.

Este texto sugere a existência de «portas em cotovelo», ao dizer que «as entradas pelas portas eram de tal arte angulosas e tortuosas, que mais facilmente seriam escalados os muros do que entraria alguém por ellas»⁶². Não seria impossível que, em Silves, as entradas estivessem, desde as campanhas dirigidas por Ibn Timsālit, em fase de melhoramento táctico, com «acotovelamentos» – processo pelo qual deveriam ter passado outras fortificações da zona como, por exemplo, Faro e Albufeira.

BURGÆ MARIÆ

O *De Itinere Navali* refere uma construção militar a que chama «*Burgæ Mariæ*». De todos os editores⁶³, só a edição de C. W. David tenta uma explicação. Este editor considera que «*apparently the author has misunderstood, and given a fanciful*

57. Pimenta, «A Conquista de Silves», art. cit., p. 166.

58. «Item una magnis turris erat in rovalle, et habebat viam ad almedinam, id est muro quodam testudinato, ita ut de ea videre posset quid exterius muro almadine accideret, et impugnantes murum a tergo ledi possent a turri, et e converso; et hec alverana dicitur». Ed. Wendell David, «Narratio de itinere navali», art. cit., p. 620-621.

59. A melhor descrição destas torres e dos sistema defensivo de Silves pertence a Gomes, «Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura», art. cit.; ead., «Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova», *Trabalhos de arqueologia*, 35, 2003 e ead., «Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: o núcleo urbano», *Trabalhos de arqueologia*, 44, 2006.

60. Trata-se da já desaparecida Torre do Bufo, na Alcáçova – cf. M. de Sousa Cardoso, *As Muralhas de Santarém*, op. cit., p. 67.

61. Luis de Mora-Figueroa, «La torre albarrana. Nota sobre su concepto, funcionalidad y difusión en la Europa occidental cristiana», in *III Congreso de Arqueología Medieval Española*, II, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1992, p. 52.

62. Ed. Pimenta, «A Conquista de Silves», art. cit., p. 166. O latim diz «introtitus portarum ita angulosi et tortuosi errant». Ed. Wendell David, «Narratio de itinere navali», art. cit., p. 620.

63. João Baptista da Silva Lopes (*Relação da derrota naval*, op. cit. p. 34-35) e Alfredo Pimenta não comentam a expressão (Pimenta, «A Conquista de Silves», art. cit., p. 178).

interpretation to the Moorish name of the tower which had been all but successfully undermined»⁶⁴.

O texto informa que se trata de uma torre com dimensões superiores às demais. O primeiro elemento da expressão – *Burge* ou *Burgæ* – indica com grande grau de certeza que se trata de uma torre, podendo ser uma transcrição fonética da palavra árabe (بُرْج) presente em topónimos como Alvorge (*al-burġ*) e talvez em outros aqui referidos. Quanto a *Mariyya*, não parece uma referência à Virgem, nem ter a ver com Šantamariyya al-Ġarb, propondo-se aqui que o seu étimo seja o mesmo que o de al-Mariyya, ou Almería, que começou por ser local de vigia dos marinheiros de Pechina (Baġġāna) sobre o Mediterrâneo – tornando-se, no século x, numa cidade ao serviços dos omíadas⁶⁵. A origem do seu nome está no árabe *andalusí* al-Mariyya, derivado do vocábulo árabe مرأى (*mara'a*), que significa sítio de vigia, de observação ou controle (رأى مرأى).

É possível que a «*Burgæ Mariæ*» fosse uma torre maior e mais alta que as demais, vocacionada para o controle, com uma função semelhante ao que na poliorcética cristã se conhece como «torre de Menagem» (*Donjon, Homenaje*), o que daria a esta torre um cunho excepcional pelo menos no Ġarb al-Andalus⁶⁶. Conhecem-se torres semelhantes às torres de Menagem em época *nasrī*, mas não seria impossível que houvesse réplicas no sul, em fases anteriores. A existência de espionagem técnica-militar não era assunto virgem no al-Andalus. É bem conhecido o caso do rei da Taifa de Granada que resolve ver com os próprios olhos as inovações no campo da poliorcética existentes numa fortificação que seus homens tomaram ao inimigo⁶⁷. Por outro lado, houve torres de grande dimensão em época almóada, como a «de la Atalaya», em Villena⁶⁸.

64. As transcrições do texto latino apresentam pequenas diferenças se se compararem às edições de J. B. Silva Lopes e por Charles Wendell David (Wendell David, «Narratio de itinere navali», art. cit., p. 628, n. 279). Cf. J. E. Slaughter, «The Conquest of Silves: A Contemporary Narrative», *The Journal of the American Portuguese Cultural Society*, 2, 1968, p. 25-51.

65. Sobre esta relação entre as duas localidades cf. Picard, *L'océan Atlantique musulman*, op. cit., p. 504 e segs.

66. É conhecida a torre de Menagem do Alhambra de Granada e não se duvida de que seja de época islâmica (e a chamada torre de Vela). O mesmo acontecia na Málaga *nasrī*. Sobre esta última, cf. M. Ación Almanza, «La torre del homenaje de la Alcazaba de Málaga. Secuencia, estratigrafía, medición e interpretación», in AA.VV., *Arqueología del Monumento*, Salobreña, Ayuntamiento de Salobreña, 1999, p. 173-203.

67. Cf. 'Abd Allāh ibn Buluġġīn, *El siglo XI en 1ª persona. Las «memorias» de 'Abd Allah, último rey Zirí de Granada, destronado por los Almorávides (1090) [Tibyān]*, trad. por E. Lévi-Provençal y E. García Gómez, Madrid, Alianza, 1980, fl. 29b, §34, p. 156; trata-se do castelo de Belillos, cujas «melhorias defensivas» o rei de Granada quis ver com os seus próprios olhos.

68. R. Azuar Ruiz, «Aspectos simbólicos de la arquitectura militar almohade. El falso despiece de sillería y las bóvedas de arcos entrecruzados», in Cressier, Fierro, Molina (ed.), *Los almohades: problemas y perspectivas*, op. cit., I, p. 130-131; cf. L. Ferre De Merlo, «Bóvedas nervadas en el Castillo de Villena (Alicante)», in A. Graciani, S. Huerta, E. Rabasa, M. Tabales (ed.), *Actas del Tercer Congreso Nacional de Historia de la Construcción, (Sevilla, 2000)*, Madrid/Granada, CEHOPU, 2000, p. 303-307. Loja apresenta uma torre de transição – almóada-nazarí – onde

Contudo, a Burge Marie de Silves não foi documentada arqueologicamente. Na alcáçova existe uma torre de grande base, muito modificada e que deveria ter sido mais alta originalmente. É conhecida como torre de Aben Mafon, nome do último governador da Silves *andalusi*⁶⁹. Seria aqui a Burge Marie?

O ĠARB AL-ANDALUS NO PÓS-1189

O Ġarb al-Andalus tem um pré e um pós-1189. A resposta que os almóadas deram à perda de Silves nesse ano teve repercussões grandes. Para além de campanhas militares, o pós-1189 será um período de investimento nas defesas passivas e na busca de soluções para travar o avanço dos reinos cristãos do Norte. O califa Abū Yūsuf Ya'qūb empenhou-se, durante os anos 1186-1188, em lutas no Norte de África – Béjaia e Tunis⁷⁰ – e, em 1189, em acções militares contra os Banū Ġāniyya. Contudo, a perda de Silves em 1189 fá-lo dar mais atenção a um Ġarb al-Andalus que estava um pouco à margem das suas preocupações.

Em 1190 o califa regressou ao al-Andalus, nomeou um novo governador para Sevilla e assinou tréguas com o rei de Leão e de Castela, antes de avançar sobre terras do rei de Portugal⁷¹. Abū Yūsuf Ya'qūb repartiu as suas tropas por duas frentes: uma, comandada por si, dirigiu-se para norte de Santarém⁷², enquanto o seu primo Sayyid Ya'qūb comandou tropas que se apresentam diante de Silves, em Junho de 1190⁷³. Recuperando a maioria do território localizado a sul da linha do

se encontram características semelhantes Cf. S. Márquez Bueno, P. Gurriarán Daza, «La Torre del Homenaje de la alcazaba de Loja (Granada)», *Arqueología y Territorio Medieval*, 17, 2010, p. 88.

69. Cf. A. C. Henriques, *Conquista do Algarve (1189-1249), o segundo reino*, Lisboa, Tribuna, 2003, p. 56. Aben Mafom é a versão popular de Ibn Maḥfūz, último governador de Silves que, mais tarde, surge referenciado em Niebla: cf. Gomes, «Silves (Xelb), uma cidade do Ġarb Al-Andalus: território e cultura», art. cit., p. 151; M. A. Ladero Quesada, *Niebla, de reino a condado. Noticias sobre el Algarve andaluz en la Baja Edad Media*, Madrid, Real academia de la historia, 1992, p. 33. Esta personagem surge nas Cantigas de Santa Maria, de Afonso X, o Sábio. Cf. J. F. O'Callaghan, *Alfonso X and the Cantigas de Santa Maria: A Poetic Biography*, Leyden, Brill, 1998, p. 106. Cf. F. Roldán Castro, «Ibn Maḥfuz en Niebla», *Anaquel de Estudios Árabes*, 4, 1993, p. 162-177; id., *Niebla Musulmana (Siglos VIII-XIII)*, Huelva, Diputación provincial de Huelva, 1997, p. 73 e segs. Cf. «Abomaffom», in Ch. Rodrigues Acenheiro, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, vol. V de *Collecção de Inéditos de História Portuguesa*, Lisboa, Real Academia das Sciencias, 1824, p. 82; refere, igualmente, um Abemfora como chefe militar em Tavira (*ibid.*, p. 81).
70. Cf. Viguera, *Los reinos de Taifas*, op. cit., p. 288. Veja-se E. Lévi-Provençal, «Un recueil de lettres officielles almohades», *Hesperis*, 28, 1941, cartas XXXI-XXXIII, p. 61-64.
71. Ibn 'Idārī, *Al-Bayān al-Mugrib*, op. cit., t. I, p. 155-157; Viguera, *Los reinos de Taifas*, op. cit., p. 289.
72. O objectivo do califa almóada seria assolar o território do recente reino de Portugal e chegar à região de Coimbra; cf. Ibn 'Idārī, *Al-Bayān al-Mugrib*, op. cit., t. I, p. 162.
73. *Ibid.*, p. 158.

Tejo (excepto Évora), a dinastia almóada dispôs – sobretudo depois da vitória em Alarcos, em 1195 – de condições para executar um grande programa de obras militares defensivas, muitas delas com traços arquitectónicos bem visíveis em Cáceres, em Alcácer do Sal e em muitas fortificações ao longo da complexa linha do Guadiana, como Badajoz, Montemolín, Reina, Elvas, Juromenha, para além de Serpa, Moura, Noudar e Aroche, sem esquecer Mértola – com uma entrada em cotovelo adicionada à estrutura defensiva prévia do «castelo» e a conhecida mesquita⁷⁴.

Mais a sul, o Algarve actual recebeu melhorias em termos defensivos. Paderne, Faro, Loulé e, eventualmente, Albufeira terão tido – nesta conjuntura – as suas defesas passivas reforçadas, ampliadas ou até concebidas. E não se podem esquecer obras em Niebla e Saltés. Se não há fontes escritas nem epigráficas que dêem datações seguras, começa a haver dados arqueológicos importantes.

Silves, depois de recuperada pelos *unitários*, recebeu atenção especial em 1191, mas também depois. Há um testemunho epigráfico de grande relevância, relativo à edificação de uma «torre» – provavelmente de carácter militar –, erguida no mês de Ramadão de 624 H/Agosto-Setembro de 1227⁷⁵, o que atesta o empenho dos almóadas em *obras públicas* numa fase complexa, depois do desastre almóada em Navas de Tolosa da segunda conquista de Alcácer pelos portugueses, em 1217⁷⁶ e da campanha de Quesada, em 1224⁷⁷.

Para além de ser mais um exemplo da importância que a epigrafia tem para a propaganda almóada⁷⁸, essa lápide mostra que o poder almóada – fragilizado nessa conjuntura – pretende mostrar que não baixou os braços, apostando – uma vez mais – na arquitectura como solução para a crise e como elemento de propaganda,

74. J.M. Ferreira Boiça, M. Fátima Rombouts de Barros, «A Igreja Matriz de Mértola», in S. Macias *et alii* (ed.), *Mesquita Igreja de Mértola*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2011, p. 33-87.

75. Cf. A.R. Nykl, «Arabic Inscriptions in Portugal», *Ars Islamica*, 11-12, 1946, p. 167-183; E. Lévi-Provençal, «L'inscription almohade de Silves», in *Mélanges d'études portugaises offerts à George Le Gentil*, Paris, Imprimerie Durand, 1949, p. 257-262; Rosa Varela Gomes, «Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves», *Xelb*, 1, 1988, p. 35-36; A. Goulart de Melo Borges, «Lápide comemorativa da construção de uma torre», in *Portugal Islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Instituto português de museus/Museu nacional de arqueologia, 1999, p. 220-221.

76. M. T. Lopes Pereira, «Memória crusadística do Feito da Tomada de Alcácer (1217) – com base no Carmen de Gosuino», in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol.2, Guimarães, Câmara Municipal de Guimaraes, 1997, p. 321-352; ed., *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Câmara Municipal de Alcácer do Sal/Colibri, 2000; J. Wilson, *The Conquest of Santarém and Goswin's Song of the Conquest of Alcácer do Sal; Editions and Translations of De expugnatione Scalabis and Gosuini de expugnatione Salaciae Carmen*, New York, Routledge, 2021, p. 141-146.

77. A. Jiménez Martín, «Al-Andalus en época almohade», in López Guzmán (ed.), *La Arquitectura del Islam Occidental*, Barcelona/ Granada, Lunwerg/El legado andalusí, 1995, p. 166.

78. Cf. M.A. Martínez Núñez, «Epigrafia y propaganda almohades», *Al-Qanṭara*, 18/2, 1997, p. 415-445; ead., «Ideología y epigrafia almohades», in Cressier, Fierro, Molina (ed.), *Los Almohades: problemas y perspectivas*, op. cit., p. 5-52.

como Manuel Acién tinha destacado⁷⁹ e outros investigadores sublinharam⁸⁰. Porém, essa aposta unicamente na defesa e nas soluções militares – nem sempre apoiada pela elite *andalusī* que preferiria outras soluções⁸¹ – não contribuiu para a sobrevivência de uma administração islâmica no Ocidente ibérico.

Em meados do século XIII os territórios a ocidente do rio Guadiana – com algumas exceções – ficam sob controle do reino de Portugal e a designação formal de reino do Algarve subsistirá durante muitos séculos⁸².

Quase todas as fortificações de época almóada – muitas delas recentes – foram mantidas e reparadas ao longo dos séculos. Os exteriores em alvenaria de pedra escondem, muitas vezes, um miolo em *taipa militar*.

Almorávidas e almóadas foram protagonistas políticos e militares em tempos diferentes, sendo também diferentes os seus impactos, as soluções em que apostaram e os vestígios que deixaram no Ġarb. No caso da dinastia almorávida, há essencialmente uma aposta na força dos exércitos em movimento, com acções vectorais e em profundidade, embora sem descurar a reparação de muralhas, para o que se criou um imposto especial. Os combatentes norte-africanos eram temidos – até mesmo em al-Andalus – e os cristãos do norte apostaram na defesa sistemática, mas também em algaras, que consistiam em acção de penetração rápida, ataques, destruição possível e enfrentamento de adversários – como na batalha de Ourique – mas sem conquistas de monta.

O fim do império almorávida dá origem a uma fase de transição e à afirmação lenta da dinastia almóada. Esta não só terá de enfrentar guerreiros inesperados – como Geraldo Sem Pavor – como a aparecimento de novas ameaças: ordens religiosas-militares e os cruzados vindos da Europa do Norte. A dinastia almóada, depois de várias campanhas desastrosas – como a que trouxe a morte a um dos seus califas – aposta no reforço das defesas passivas. Surgem, rapidamente, fortificações novas, bem como reforços nas anteriores, utilizando em muitos casos uma técnica, antiga mas aperfeiçoada, que combina solidez, eficácia, rapidez e durabilidade – a *taipa militar*. Mesmo após o desastre das Navas de Tolosa, os almóadas continuaram a apostar na arquitectura como recurso último para travar os seus inimigos.

O ocidente do al-Andalus, com a sua fachada atlântica, foi teatro de operações diferentes das que tiveram lugar em outras regiões e aqui se ensaiaram, talvez, novas soluções defensivas que visavam responder a ameaças diferentes. Faz ainda

79. M. Acién Almansa, «La fortificación en al-Andalus», in R. López Guzmán (ed.), *La Arquitectura en al-Andalus*, Granada, El Legado Andalusi, 1995, p. 39-40.

80. A. Malpica Cuello, «La expansión de la ciudad de Granada en época almohade. Ensayo de reconstrucción de su configuración», *Miscelánea Medieval Murciana*, 25-26, 20012, p. 71.

81. Viguera, «Las reacciones de los andalusíes», art. cit., p. 705-735.

82. S. Boissellier, *Le peuplement médiéval dans le Sud du Portugal. Constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires (XII^e-XV^e siècles)*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003.

todo o sentido a afirmação de Christophe Picard de que «le Gharb al-Andalus ne fut pas la copie conforme, en moins brillant, de la région de Cordoue, mais connu des spécificités nombreuses»⁸³.

Fernando Branco Correia
Universidade de Évora

83. Picard, *Le Portugal musulman, op. cit.*, p. 319.

TABLE DES MATIÈRES

Préface	7
<i>Alexandra Bill, Antoine Borrut, Yann Dejugnat, Camille Rhoné-Quer, Jennifer Vanz</i>	
Bibliographie de Christophe Picard	11
 ESPACES MARITIMES ET RÉSEAUX URBAINS : CIRCULATIONS ET ÉCHANGES	
Comment la Sicile est (re-)devenue méditerranéenne à l'époque islamique (IX ^e -XI ^e siècles) : renouvellements historiographiques récents et pistes de recherche	21
<i>Annliese Nef</i>	
Dynamiques urbaines, organisation sociale et équilibres écologiques au Maghreb : quelques réflexions à partir de l'espace sulaymanide (III ^e -IV ^e /IX ^e -X ^e siècles)	35
<i>Jennifer Vanz</i>	
Sociétés portuaires et frontières communautaires : commerce et consommation du vin dans les ports maghrébins au Moyen Âge (XI ^e -XV ^e siècle)	51
<i>Dominique Valérian</i>	
Quelques villes côtières du Bilād al-Šām dans l'œuvre de 'Izz al-Dīn Ibn Šaddād (m. 684/1285)	63
<i>Anne-Marie Eddé</i>	
De la Méditerranée vers les Canaries au VIII ^e /XIV ^e siècle : deux notices arabes	87
<i>Christine Mazzoli Guintard, María Jesús Viguera Molins</i>	
L'Europe et l'Islam au temps des croisades	99
<i>Michel Balard</i>	

De la « mer des califes » à l'« océan des sultans » : nouvelles données sur les princes de Qays/Kish (v^e-viii^e/xi^e-xiii^e siècle)
Éric Vallet

115

PRATIQUES ET DISCOURS DE LA GUERRE SUR MER ET SUR TERRE

La *ripla* au prisme du tournant impérial. Retour sur les projets de deux voyageurs andalous du xii^e siècle
Yann Déjuguat

155

Sur les deux rives de l'Amou Darya : l'histoire d'un « ribat fluvial » préseldjoukide entre Āmul et Fīrabr
Camille Rhoné-Quer

169

Une rencontre royale : Abū Yūsuf Ya'qūb et Sanche IV (684/1285)
Mohamed Ouerfelli

193

Fuir son pays en guerre pour aller au bout du monde.
La migration de « chrétiens de la ceinture » à Barcelone dans la première moitié du xv^e siècle
Damien Coulon

213

Les blessures de guerre en Castille au xv^e siècle.
Premiers éléments d'une enquête
Daniel Baloup

229

PRODUCTIONS SAVANTES ET PRATIQUES RELIGIEUSES : D'EST EN OUEST

Was Muḥammad an Orphan?
Fred M. Donner

245

Histoires astrologiques et construction du temps culturel dans les débuts de l'Islam
Antoine Borrut

255

Sāmarrā', lieu de savoir
Françoise Micheau

265

La dévotion avec la mer pour horizon. Fragments de la vie quotidienne dans les lieux de *ribāṭ* du littoral ifrīqiyyen entre la fin du ix^e/viii^e siècle et le milieu du vi^e/xii^e siècle
Jean-Pierre Van Staëvel

289

Une translation de relique au sein du même sanctuaire : Théodora de Thessalonique
Michel Kaplan

319

Ibn al-Qāsim (d. 191/806), the Egyptian Student of Mālik b. Anas: a Preliminary Survey
Maribel Fierro

333

Hagiografías compartidas: de santa Casilda de Toledo a santa Germaine de Pibrac
Manuela Marin

353

Le *ṣāḫīb al-tīrāz* contrôlait-il aussi la sculpture monumentale sous le califat de Cordoue? L'apport d'un chapitre califal omeyyade inédit
Patrice Cressier, Sophie Gilotte, María Antonia Martínez Núñez

367

CULTURES MATÉRIELLES ET ARCHITECTURALES

À la recherche de nouvelles sources pour l'histoire économique d'al-Andalus
Claire Déléry

385

Almorávias e almoádas no Ġarb al-Andalus.
Uma perspectiva em torno das fortificações
Fernando Branco Correia

401

Pauvreté, consommation et culture matérielle
Laurent Feller

419

Note sur les « bains arabes » de Barbastro (Province de Huesca, Espagne)
Sébastien Gasc, Philippe Sénac

437

La céramique dans le Ġarb al-Andalus
Susana Gomez

449

Illustration de couverture : Tunis dans le *Kitab-i babriyye* de Pirî Reis (1521-1525)
© Wikimedia Commons

Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

© Éditions de la Sorbonne, 2023

212, rue Saint-Jacques, 75005 Paris

www.editionsdelasorbonne.fr – edsorb@univ-paris1.fr

ISBN : 979-10-351-0870-0

ISSN : 2111-0573

UNIVERSITÉ PARIS 1
PANTHÉON SORBONNE
ÉDITIONS DE LA SORBONNE

Les opinions exprimées dans cet ouvrage n'engagent que leur auteur.

« Aux termes du Code de la propriété intellectuelle, toute reproduction ou représentation, intégrale ou partielle de la présente publication, faite par quelque procédé que ce soit (reprographie, microfilmage, scannérisation, numérisation...) sans le consentement de l'auteur ou de ses ayants droit ou ayants cause est illicite et constitue une contrefaçon sanctionnée par les articles L. 335-2 et suivants du Code de la propriété intellectuelle. Il est rappelé également que l'usage abusif et collectif de la photocopie met en danger l'équilibre économique des circuits du livre. »



Christophe Picard

(crédit : Juliette Fradin Photography).

BIBLIOTHÈQUE HISTORIQUE DES PAYS D'ISLAM – 21
Collection dirigée par Dominique VALÉRIAN et Pierre VERMEREN
Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

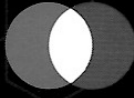
MERS ET RIVAGES D'ISLAM
DE L'ATLANTIQUE À LA MÉDITERRANÉE

Mélanges offerts à Christophe Picard

Éd. Alexandra Bill, Antoine Borrut, Yann Dejugnat,
Camille Rhoné-Quer, Jennifer Vanz

*Ouvrage publié avec le concours de la Commission de la recherche
de l'université Paris 1 Panthéon-Sorbonne*

Éditions de la Sorbonne
2023



BIBLIOTHÈQUE HISTORIQUE DES PAYS D'ISLAM

ÉDITÉ PAR ALEXANDRA BILL, ANTOINE BORRUT,
YANN DEJUGNAT, CAMILLE RHONÉ-QUER, JENNIFER VANZ

MERS ET RIVAGES D'ISLAM

DE L'ATLANTIQUE À LA MÉDITERRANÉE



Christophe Picard, au fil d'une riche production et de ses enseignements dans les universités de Saint-Étienne, Toulouse et Paris 1 Panthéon-Sorbonne, n'a jamais quitté des yeux les horizons maritimes. Il a montré la mise en valeur précoce des côtes contrôlées par des pouvoirs islamiques et retracé les évolutions de la présence des flottes de l'Islam médiéval, tant en Méditerranée que dans l'océan Atlantique. Il a aussi longuement labouré les terres d'al-Andalus et en particulier celles relevant du Portugal actuel, étudiant tour à tour les dynamiques de peuplement, les relations entre musulmans et chrétiens ou le commerce. Ce faisant, il a abordé des thèmes et des espaces qui avaient été négligés et qu'il lui revient d'avoir mis en lumière parmi les premiers. Il a participé ainsi à dessiner les contours d'une Méditerranée moins exclusivement byzantine et latine et d'un monde islamique qui redonnait toute sa place à son extrémité occidentale.

Si le Maghreb et la péninsule Ibérique ont prioritairement retenu son attention, il a largement collaboré avec ses collègues spécialistes de l'Occident latin et de l'Orient islamique. Historien des textes, il a aussi eu à cœur d'associer l'archéologie à ses réflexions. Les articles réunis dans ce volume en son honneur, offerts par ses élèves et ses collègues, nous invitent à suivre ses pas en parcourant, entre Atlantique et Méditerranée mais aussi au-delà, ce monde profondément décloisonné qu'a été l'Islam médiéval.

Contributions de :

Balard Michel, Baloup Daniel, Bill Alexandra, Borrut Antoine, Correia Fernando Branco, Coulon Damien, Cressier Patrice, Dejognat Yann, Déléry Claire, Donner Fred M., Eddé Anne-Marie, Feller Laurent, Fierro Maribel, Gasc Sébastien, Gilotte Sophie, Gomez Susana, Kaplan Michel, Marin Manuela, Martínez Núñez María Antonia, Mazzoli Guintard Christine, Micheau Françoise, Nef Anliese, Ouerfelli Mohamed, Rhoné-Quer Camille, Sénac Philippe, Valérian Dominique, Vallet Éric, Van Staëvel Jean-Pierre, Vanz Jennifer, Viguera Molins María Jesús.

ISBN 979-10-351-0870-0

ISBN 2111-0573

Prix : 25 €




UNIVERSITÉ PARIS 1
PANTHÉON SORBONNE
ÉDITIONS DE LA SORBONNE

Christophe Picard, au fil d'une riche production et de ses enseignements dans les universités de Saint-Étienne, Toulouse et Paris 1 Panthéon-Sorbonne, n'a jamais quitté des yeux les horizons maritimes. Il a montré la mise en valeur précoce des côtes contrôlées par des pouvoirs islamiques et retracé les évolutions de la présence des flottes de l'Islam médiéval, tant en Méditerranée que dans l'océan Atlantique. Il a aussi longuement labouré les terres d'al-Andalus et en particulier celles relevant du Portugal actuel, étudiant tour à tour les dynamiques de peuplement, les relations entre musulmans et chrétiens ou le commerce. Ce faisant, il a abordé des thèmes et des espaces qui avaient été négligés et qu'il lui revient d'avoir mis en lumière parmi les premiers. Il a participé ainsi à dessiner les contours d'une Méditerranée moins exclusivement byzantine et latine et d'un monde islamique qui redonnait toute sa place à son extrémité occidentale.

Si le Maghreb et la péninsule Ibérique ont prioritairement retenu son attention, il a largement collaboré avec ses collègues spécialistes de l'Occident latin et de l'Orient islamique. Historien des textes, il a aussi au cœur d'associer l'archéologie à ses réflexions. Les articles réunis dans ce volume en son honneur, offerts par ses élèves et ses collègues, nous invitent à suivre ses pas en parcourant, entre Atlantique et Méditerranée mais aussi au-delà, ce monde profondément décloisonné qu'a été l'Islam médiéval.

Contributions de :

Balard Michel, Baloup Daniel, Bill Alexandra, Borrut Antoine, Correlia Fernando Branco, Coulon Damien, Cressier Patrice, Dejugnat Yann, Déliéry Claire, Donner Fred M., Eddé Anne-Marie, Feller Laurent, Fierro Maribel, Gasc Sébastien, Gilotte Sophie, Gomez Susana, Kaplan Michel, Marin Manuela, Martínez Núñez María Antonia, Marzoli Guimard Christine, Micheau Françoise, Nef Annliese, Ouafelli Mohamed, Rhoné-Quer Camille, Sénac Philippe, Valerian Dominique, Vallat Eric, Van Staëvel Jean-Pierre, Vanz Jennifer, Viguera Molins Maria Jesús.

ISBN 979-10-351-0870-0

ISBN 2111-0573

Prix : 25 €



UNIVERSITÉ PARIS 1
PANTHÉON-SORBONNE

BIBLIOTHÈQUE HISTORIQUE DES PAYS D'ISLAM

ÉDITÉ PAR ALEXANDRA BILL, ANTOINE BORRUT,
YANN DEJUGNAT, CAMILLE RHONÉ-QUER, JENNIFER VANZ
MERS ET RIVAGES D'ISLAM

DE L'ATLANTIQUE À LA MÉDITERRANÉE



MERS ET RIVAGES D'ISLAM